



## Investigando Mapas de Conflitos Socioambientais no Brasil

Joseph João Michel Silva Guillemette<sup>1</sup>, Laísa Maria Freire<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, NUTES, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Biologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: apdzjjmichel@gmail.com

A água apresenta uma distribuição desigual na sociedade, sendo abundante para alguns e escassa para outros, evidenciando desigualdades sociais e de acesso a recursos básicos gerando conflitos socioambientais. Assim, o objetivo deste trabalho é caracterizar os conflitos relacionados à gestão da água no Brasil, visando entender as variáveis que fazem com que haja sucesso frente à justiça ambiental. Para isso, foi utilizado o Global Atlas of Environmental Justice. Na plataforma <https://ejatlas.org/> foram selecionados os conflitos na categoria Gestão Hídrica que ocorrem no Brasil. Foram encontrados 18 conflitos. Foram analisados de forma descritiva e exploratória o nível de sucesso (sim) com relação à justiça ambiental e foram encontrados dois conflitos. Buscamos entender quais variáveis levaram à justiça ambiental nesses conflitos. O primeiro conflito foi a construção de duas hidrelétricas no rio Tapajós, no Pará, o que inundaria 198.400 ha. A queda do PIB em 2015 e 2016 foi um obstáculo econômico para a construção da barragem. Além disso a remoção de mais de 12.000 indígenas e ribeirinhos é ilegal pela constituição Brasileira. A maior parte afetada seriam indígenas Munduruku, que junto da FUNAI, iniciaram um processo de autodemarcação. O segundo conflito foi a construção de uma hidroelétrica onde o reservatório da barragem inundaria 20,6km<sup>2</sup> afetando 900 famílias de agricultores rurais. Neste conflito a mobilização da população foi chave para justiça ambiental, pois as duas audiências públicas se desdobraram em revisões no EIA-RIMA. A segunda entrega do EIA-RIMA ocorreu com atraso de quase 7 anos e levou a diminuição do empreendimento. Nos dois casos, a resistência e articulação da população contribuiu para a justiça ambiental. Além disso, o fator econômico contribuiu mais para o primeiro caso, enquanto, para o segundo caso, foi a sinergia entre negligência com prazos da empresa e resistência da população.

**Palavras-chave:** Mapa de Conflitos; Justiça Ambiental; Gestão de Recursos Hídricos